

## ESPAÇO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - EepPPS

Fernando Santana de Paiva (Professor do Curso de Psicologia); Amanda Rocca Pereira Terra (aluno, 6º período, Psicologia, noturno); Ernani Francisco dos Santos Neto (aluno, 4º período, Psicologia, noturno), Karine Lopes e Silva (aluno, 7º período, Psicologia, noturno); Kíssila Teixeira Mendes (aluno, 5º período, Psicologia, noturno); Marlon Rauthier Brandi (aluno, 6º período, Psicologia, noturno); Misael Paulo Campos (aluno, 7º período, Psicologia, noturno).

### 1. APRESENTAÇÃO

O espaço de estudos e pesquisas em Políticas Públicas de Saúde (EepPPS) iniciou suas atividades no 2º semestre de 2010 com o objetivo de envolver o corpo discente e docente do curso de Psicologia na realização de investigações científicas ocupadas com a análise dos processos psicossociais que permeiam o campo das políticas públicas de saúde.

Os trabalhos têm sido realizados em parceria com o Pólo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde Coletiva (POPSS) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), além de contar com a colaboração de professores e pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trata-se de um espaço caracteristicamente interdisciplinar, uma vez que trabalhamos a partir da articulação entre diferentes disciplinas/campos de conhecimento, como a psicologia social, filosofia, sociologia e ciência política. Adotamos a perspectiva crítica de produção de conhecimento, que visa não tão somente descrever a realidade, mas, sobretudo, possibilitar a conformação de novos discursos e práticas em sintonia com a emancipação humana.

### 2. PESQUISAS EM DESENVOLVIMENTO

#### A) Os Desafios de reorientação do modelo assistencial: uma análise integrada das percepções de usuários, profissionais de saúde e gestores sobre a Estratégia da Saúde da Família.

A atenção primária à saúde (APS) enfrenta o que alguns autores chamam um vazio programático. Há diretrizes nacionais gerais, mas as condições locais são pouco consideradas. Atualmente, o papel do planejamento no desenvolvimento do SUS vem sendo relegado à avaliação que é um componente importante da implementação de políticas de saúde, mas que deve partir da formulação das políticas de saúde e sua adequação a condições locais e regionais e aos interesses, percepções e expectativas dos atores sociais envolvidos (população, profissionais e gestores). Nesta direção, o presente projeto visa analisar, numa perspectiva integrada e comparativa, as percepções e expectativas dos diferentes atores que compõem o cenário da APS, a fim de compreender a atenção à saúde ofertada pelas equipes de saúde da família. **Método:** Foram selecionados 12 municípios do Estado de Minas Gerais de pequeno, médio e grande porte. Em cada localidade serão selecionadas equipes de saúde da família levando-se em conta os seguintes critérios: critério populacional e tempo de funcionamento da equipe. Em cada unidade serão selecionados os seguintes atores: usuários, considerando situação de saúde (crônica ou aguda), experiência com os serviços de saúde, recursos para tratar de sua saúde, idade e sexo; profissionais de saúde e gestores, considerando formação e categoria profissional, experiência com os serviços de saúde, idade e sexo. As técnicas de coleta de dados serão entrevistas individuais e grupos focais complementadas por análise de relatórios, planos e observações. A análise pautar-se-á na concepção de frame de Goffman, ou seja, estruturas cognitivas básicas (crenças, imagens e símbolos socialmente compartilhados) que orientam a representação da realidade como resultado de um processo de interação social.

#### B) Da diferença a convergência: Aproximações de discursos e práticas políticas entre atores sociais na política de saúde

O enfraquecimento da democracia representativa evidenciado no contexto social latino americano favoreceu a emergência de novas perspectivas no contexto político em prol da democracia participativa. Temos assim a constituição dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas na saúde. Sendo estes materializados pelos Conselhos e Conferências, regulamentados pela lei 8.142/90. Configuram-se como dispositivos de contra-hegemonia a uma cultura política tradicional, expresso por mecanismos de controle social e de *accountability*. Atualmente há uma crescente preocupação com o desenvolvimento de estratégias que ampliem os processos democráticos e aumentem a participação dos cidadãos. No entanto, percebem-se conselheiros com práticas que reproduzem as políticas tradicionais. Reflexões acerca dos modelos de democracia representativa e participativa tornam-se relevantes à medida que as políticas locais de saúde são de domínio tanto dos conselhos quanto das câmaras municipais. Nesta direção pretende-se com este trabalho analisar as aproximações de perfis de atuação de conselheiros municipais de saúde e vereadores a despeito da orientação por modelos de representação distintos. **Método:** Amostra constituída por 12 municípios: 4 no Norte de Minas, 4 na Zona da Mata e 4 na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, consistindo de estudos de caso. A técnica de coleta de dados será a “história de vida” que enfocará a trajetória social e política dos sujeitos desde a comunidade de pertencimento (local e/ou de trabalho) até sua inserção atual no conselho ou na câmara municipal. Para a análise documental e entrevistas será utilizado à análise de conteúdo temático e outra do discurso na perspectiva de Fairclough (2001). **Resultados esperados:** Compreender os limites e aproximações entre diferentes mecanismos democráticos e avançar a discussão sobre a natureza dos dispositivos de controle social das políticas de saúde. Contribuir para o debate sobre os modelos de democracia em disputa, bem como os projetos societários sob os quais estão alinhados.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do envolvimento do corpo discente do curso de Psicologia nas investigações apresentados, podemos considerar que o Espaço de Pesquisa em Políticas Públicas de Saúde tem colaborado para a formação de futuros psicólogos, críticos e com maior capacidade de contribuir com as análises e intervenções no âmbito das políticas públicas de saúde.

### 4. REFERÊNCIAS

- CONILL, Eleonor Minho. Ensaio histórico-conceitual sobre a Atenção Primária à Saúde: desafios para a organização de serviços básicos e da Estratégia Saúde da Família em centros urbanos no Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2009.
- Ibañez N, Rocha JSY, Viana ALA, Castro PC, Ribeiro MCSA, Forster AC, et al. Avaliação do desempenho da atenção básica no Estado de São Paulo. Ciênc Saúde Coletiva 2006; 11:683-703.
- Macinko J, Guanais FC, Souza MFM. Evaluation of the impact of the Family Health Program on infant mortality in Brazil, 1990-2002. J Epidemiol Community Health 2006; 60:13-20 OMS, The world health report- Primary health care: Now more than ever, 2008.
- Roncalli AG, Lima KC. Impacto do Programa Saúde da Família sobre indicadores de saúde da criança em municípios de grande porte da região Nordeste do Brasil. Ciênc Saúde Coletiva 2006; 11:713-24.
- Ronzani, T. M. Novas políticas e velhas práticas: um estudo sobre identidade de médicos de PSF. 2002. 171 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- AVRITZER, L. O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. IN: AVRITZER, L. & NAVARRO, Z. (orgs). **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003.